

**O IMPÉRIO COLONIAL
EM QUESTÃO (SÉCS. XIX-XX)**

PODERES, SABERES E INSTITUIÇÕES

**MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO
ORG.**

70

LETRAS DO IMPÉRIO: percursos da literatura colonial portuguesa

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO

Introdução

Quando falamos em literatura colonial falamos das várias expressões literárias europeias pronunciadas em línguas imperiais europeias que refletem uma ideologia de dominação ligada ao processo histórico da colonização moderna, lançado no século XIX desde o Congresso de Viena de 1814/5 e da Conferência de Berlim de 1884/5 até à emergência das independências. É neste longo momento colonial que assistimos aos inícios da literatura colonial, à sua passagem por várias fases que correspondem a vários ciclos políticos do processo de colonização, até praticamente à sua extinção com o fim formal do sistema colonial. Trata-se portanto de uma literatura cujo empenhamento político-ideológico é evidente e cujo objetivo de registar esteticamente os vários momentos do processo colonial prevalece na elaboração narrativa, nos títulos escolhidos, nos prefácios e notas que muitas vezes constituem verdadeiros manifestos por uma literatura colonial. Trata-se de uma literatura cujo cenário narrativo se reporta a espaços africanos, em que o homem europeu domina e cujas personagens são brancas, deixando normalmente os negros na paisagem. O homem europeu é o herói, o desbravador de África, aquele que carrega, segundo Kipling, o «fardo do homem branco», colocando-o de

facto, real e metaforicamente, nos ombros do colonizado (Lourenço, 1976: 8) e sobre esta imagem instaura-se a autoridade colonial. Mas não é assim que a realidade colonial é narrada. O branco não é o opressor, o escravagista, mas o militar ou o ser superior, o agente dinâmico de civilização, cuja missão – civilizacional, política, religiosa – o liga à sua pátria europeia.

Nesta medida, esta é uma literatura que é gerada por um sistema político-ideológico e que tem uma missão local – promover o sistema e o imaginário colonial – e europeia – estimular os brancos europeus a partirem e a promoverem a obra de colonização, fascinados pelo imaginário colonial longínquo e sedutor que ela gera. Por isso, e como refere Edward Said desde *Orientalism* as literaturas coloniais foram parte ativa na construção, definição e clarificação da identidade colonial europeia (1993: 3-4). Consequentemente, é uma literatura que requer uma análise contextualizada e política: o seu texto corresponde a um determinado contexto – o colonialismo – e veicula um conceito – a colonização. Podemos assim adiantar que a literatura colonial é desde o seu primeiro momento uma literatura que coloca em questão as relações entre literatura e política, literatura e história, literatura e propaganda⁽¹⁾, literatura e poder, literatura e identidade e, nesta medida, ela é também, para os regimes que a promovem, uma questão de política literária, pois a narrativa por ela estruturada e que ela instaura vai impor uma certa visão de África e dos africanos, e assim apoiar, promover e até justificar um sistema político (o colonialismo) e um estilo de vida (colonial) gerador de um imaginário que será estimulado, ora com facilidades de publicação, ora com concursos, ora com prémios. Esta literatura deverá erigir-se como a narrativa ficcional (única) daquele momento histórico naquelas paragens. Daí muitas vezes a sua contaminação textual com textos históricos, relatórios, diários de campanha ou obras de etnografia. Basta observarmos o concurso literário da Agência Geral das Colónias, na sua primeira fase, na República, para ver entre os textos concorrentes esta mistura de géneros. Todavia, esta literatura colonial,

(¹) Recorde-se que todos os preâmbulos legislativos, quer da criação, quer das várias reformulações do Concurso de Literatura da Agência Geral das Colónias/ Ultramar referem o valor propagandístico da literatura na promoção da colonização portuguesa e da sua missão civilizacional.

escrita maioritariamente por militares, administrativos, colonos e, mais tarde, mulheres de colonos, vai também desde cedo ser colocada sob suspeita por outras formas narrativas que nas margens e nos trilhos do seu aparente triunfante percurso vão elaborando outras histórias desse mundo colonial. Nas margens do discurso eurocêntrico, aparentemente hegemónico, houve sempre manifestações que atestavam a existência de outros sujeitos etno-culturais envolvidos no processo colonial, mas cujas condições de pronunciamento, em momento colonial, remeteram para o silêncio, como argumenta Spivak no seu tão citado artigo «Can the subaltern speak» (1988). É trabalho hoje dos estudiosos pós-coloniais resgatar esses outros discursos que nas margens do discurso colonial asseguraram a existência de outras histórias, denunciando assim o perigo de uma «história única» de que fala a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, na sua instigante conferência de Oxford⁽²⁾; textos que, desde cedo, foram registando a diferença cultural que a prazo reclamou a independência política e que estão na origem dos primeiros textos escritos em língua portuguesa pelas literaturas são-tomense, guineense, angolana, moçambicana, cabo-verdiana. Por isso, os estudiosos destas literaturas, normalmente designadas por literaturas africanas de língua portuguesa – dos mais velhos Manuel Ferreira, Alfredo Margarido, Salvato Trigo, Maria Aparecida Santilli, Michel Laban, Russell Hamilton, Gerald Moser, Alberto Carvalho, Laura Padilha, Benjamim Abdala Júnior, aos mais novos Pires Laranjeira⁽³⁾, Rita Chaves, Fátima Mendonça, Tânia Macedo, Simone Caputo Gomes, Carmen Lúcia Tindó Secco, Moema Parente Augel, e aos ainda mais novos Inocência Mata, Ana Mafalda Leite, Ana Paula Tavares, Francisco Noa, Gilberto Matusse, Luis Kanjimbo, Odete Costa Semedo e tantos outros – refletem nos seus estudos sobre a literatura colonial, não só sobre as obras que poderíamos designar de fronteira, mas também sobre aquelas que acrescentam importantes narrativas à história dos vários países e porventura à história literária dos seus universos

(²) Uso aqui a referência-mote da conferência da escritora nigeriana Chimamanda Adichie «The danger of a single story», proferida na Universidade de Oxford. Acessível em: http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html.

(³) Referia-se o artigo de Pires Laranjeira (1999).

de estudo. No prefácio a *Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história*, Odete Costa Semedo e Margarida Calafate Ribeiro falam do cónego guineense, Marcelino Marques Barros, como um «precursor», pela recolha que fez de contos e cantigas da tradição oral guineense (Ribeiro e Semedo, 2011: 10); por seu turno, num ensaio intitulado «A Literatura Colonial Guineense», Leopoldo Amado refere a importância deste cónego como aquele que «terá lançado os gérmenes duma identidade nacional verdadeiramente guineense.» (1990: 5) e ainda realça com destaque *Auá*, de Fausto Duarte, obra também relativa à Guiné-Bissau, e prémio do Concurso da Agência Geral das Colónias em 1934, mas que de acordo com o ensaísta revela «uma Guiné diferente daquela que até aí a Literatura Colonial anterior tinha pintado», mostrando a «identificação cultural do povo guineense» (1990: 5). Francisco Noa no seu importante livro *Império, Mito e Miopia – Moçambique como invenção literária* (2002) propõe-se estudar a literatura colonial, apesar dos fantasmas que a envolvem, e o seu argumento é decisivo para a atual importância política do estudo desta literatura. Por um lado, um motivo histórico-cultural na medida em que esta literatura representa «um fenómeno do qual [todos] fizeram parte, direta, ou indiretamente, ou são dele produto» e, por outro lado, um motivo político-epistemológico ligado ao facto de «se observarem, na atualidade, por um lado, manifestações discursivas e comportamentais visceralmente identificadas com esse ideário, e por outro, tentativas de esbatimento ou de camuflagem dos factos relacionados com o fenómeno colonial» (Noa, 2002: 15-16). Finalmente, José Luandino Vieira em *Lendo Angola*, falando do que designou de «buracos negros» da literatura angolana que, na sua perspetiva, vêm desde as *Cartas do Rei do Congo* e de António Oliveira Cadornega com *História Geral das Guerras Angolanas*, questiona: «Quem é que fala hoje dos escritores ditos coloniais? Alguém leu o romance *Sangue Kuanhama*, de um senhor natural de Angola chamado António Pires?» (Vieira, in Padilha e Ribeiro, 2008: 33). António Pires que com este romance tinha sido primeiro prémio do Concurso da Agência Geral das Colónias em 1948, já anunciava uma viragem desta literatura, classificada como colonial, para algo de mais complexo do que o mundo dos brancos no mundo colonial, como Castro Soromenho virá a desenvolver

em *Terra Morta*, publicado (e banido) em 1949, e por outras obras que irão acentuar as ambiguidades geradas pelo mundo colonial.

Várias são portanto as questões lançadas pelos ensaístas que têm vindo a estudar estas literaturas em língua portuguesa, mostrando a importância do estudo da literatura colonial e dos contextos em que são produzidas, como aliás acontece com outras literaturas coloniais europeias, na linha crítica lançada por Edward Said. Assim, e depois desta primeira colocação-provocação analisemos também os contextos que produzem os textos, ou seja, olhemos para a história e para a literatura sabendo que, por maior contaminação que haja, não se faz a história com a literatura, mas é ela, a literatura, que narra a história do homem comum, o homem com nome próprio e regista o testemunho e, nessa medida, interage com a história, pois inscreve a pequena estória na história dos povos e assim contribui para colocar sob suspeita os outros discursos narrativos e corrigir o perigo de uma «história única». E, por isso, o literário é político⁽⁴⁾ e não apenas ideológico.

No princípio e depois com o Estado Novo...

Cumprindo as decisões saídas da Conferência de Berlim, relativas à ocupação efetiva dos territórios africanos pelas potências europeias, têm lugar, num primeiro período, as reorganizações político-administrativas, as negociações de fronteiras e as guerras de ocupação contra as rebeliões indígenas. Estas ações foram primeiro protagonizadas por uma monarquia agonizante e depois pelo regime republicano que foi o grande momento colonial português europeu, na medida em que para os republicanos, Portugal, para ser uma nação europeia, tinha de ser uma nação colonialista. A este período corresponde uma fase inicial da literatura colonial ligada à literatura de viagens das grandes explorações do final do século XIX, de que são exemplo *Como eu Atravessei África*, de Serpa Pinto (1881), e de Capello e Ivens, *De Benguela às Terras de Iacca*, (1881) e *De Angola à Contra-Costa*, (1886). Nestes livros era oferecida ao leitor uma combinação entre as imagens europeias oitocentistas

⁽⁴⁾ Reescrevo aqui a expressão de Santos, 2010, «O poético é político».

sobre África e as da singularidade portuguesa, baseadas num pioneirismo e num conhecimento de séculos destas gentes e terras, proporcionando ao leitor quadros de ciência, geografia, antropologia, etnografia e estratégia geopolítica, que aliás estava na base destas viagens. A par desta exploração de cunho científico temos a cobertura administrativa e militar dos territórios que vai afirmar uma estratégia geopolítica local e internacional relativa ao lugar de Portugal em África e ao seu correspondente peso na «Balança da Europa», para usar o título de Almeida Garrett. A expressão literária saída desta conquista é devedora de um quotidiano de ocupação e de guerra, transposto para novelas, memórias e romances que relatam não só o processo de colonização, mas também as guerras e, em particular, a Primeira Grande Guerra nos territórios africanos, com títulos de Carlos Selvagem *Tropa d'África – jornal de campanha de um voluntário no Niassa* ou *Epopeia Maldita*, de António Cértima, entre outros. Todavia, e como refere o próprio Carlos Selvagem numa conferência proferida em 1926, «Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico», esta literatura de militares e de administrativos era escassa quando comparada com a quantidade de obras que sobre estas temáticas havia noutros países europeus, e circulava entre um número muito restrito de pessoas⁽⁵⁾. No imaginário literário português do final do século XIX e início do século XX, África é raramente referida, aparecendo quase sempre associada a uma imagem de degredo e fim do mundo. É África que António Nobre evoca para dar uma imagem da sua dolorosa vida; é para África que as personagens condenadas ao degredo são enviadas; e é para África que Camilo Castelo Branco ou Eça de Queirós enviam as suas personagens fracassadas, mesmo considerando no pós-Ultimatum um livro como *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queirós. Esta é, na perspetiva de Carlos Selvagem, a opinião que urge mudar para que Portugal, à semelhança das outras potências europeias, se lance no colonialismo moderno e sobre ele produza as obras que irão estimular os mais novos a aderir a este desígnio nacional, essencial para a manutenção da nação portuguesa. Tratava-se portanto, e ainda de acordo com Carlos

(5) Para uma leitura crítica da conferência de Carlos Selvagem ver Pinto, 2010, pp. 156-162.

Selvagem, não apenas de criar grupos de escritores coloniais, mas também de aliciar os leitores para esta literatura, ou seja, de estabelecer uma política literária com um propósito político-ideológico: criar um imaginário colonial, que galvanizasse os portugueses e tivesse efeitos efetivos na obra de colonização em África⁽⁶⁾. A par desta «fase exótica», nas palavras do crítico moçambicano Francisco Noa (2002), instala-se o regime colonial, com a sua administração e a sua ideologia racista, oriunda de um darwinismo social que sempre esteve presente no colonialismo português ainda que na sua expressão também possamos assinalar diferentes fases, relativas às várias categorias sócio-raciais que o colonialismo vai implementando – os nativos, os assimilados, os destribilizados, os mestiços, os cafrelizados e por aí adiante⁽⁷⁾ – e as fantasias que vai construindo e alimentando com vista a se autonegar, como acontecerá nos tempos do luso-tropicalismo, que, no caso português, encontra algum chão ideológico na discussão política, cultural e científica sobre a questão do hibridismo, e mais concretamente a de um «Portugal híbrido», como estratégia para levar a cabo a missão colonizadora. No horizonte sobretudo urbano das colónias colocava-se uma burguesia mestiça, herdeira do tráfico negreiro e dos contactos com o Brasil, que exercia cargos na administração portuguesa ou que nos seus negócios privava com a administração portuguesa e que, de acordo com alguns teóricos do colonialismo, era essencial à obra de colonização. Na metrópole, a questão sempre problemática era trazida sobretudo por homens com vivência colonial, ligados tanto à literatura como à ciência, e penso – na esteira da análise de Alberto Oliveira Pinto (2010) – em textos literários como *Ana a Kalunga: os filhos do mar*, de Hipólito Raposo, publicado em 1926 ou *Zambeziânia: cenas da vida colonial, A velha magra da ilha de Luanda: cenas da vida colonial*, ambos de Emílio de San Bruno ou do homem de ciência que foi Henrique Dias de Carvalho que, em *Expedição Portuguesa ao Muanvua 1884-1888 – Meteorologia-Climatologia-Colonização*, de 1892, refletindo sobre as condições geográficas, climáticas e humanas do

(6) Note-se que o Ministério da Educação dispunha de uma verba no seu orçamento para comprar os livros premiados no Concurso de Literatura Colonial, lançado em 1926, e distribuí-los pelas bibliotecas dos estabelecimentos do ensino público, da metrópole e das colónias (Garcia, 2008).

(7) Sobre este tema e sobre a literatura colonial em Angola ver Pinto, 2010.

território angolano, defendia o hibridismo como forma de concretizar a missão colonial. No entanto, estas não são as obras mais premiadas no Concurso Literário da Agência Geral das Colónias, com júris sempre presididos por Armando Cortesão, que preferia encobrir os negros e os degredados com o exotismo, e assim ignorar a complexa questão, promovendo uma literatura mais exótica e aventureira e menos debruçada sobre os problemas da terra e das suas gentes.

Esta linha, que se acentuará com o Estado Novo após a publicação do Ato Colonial de 1933, constituirá sempre um dos espaços de fratura entre o efetivo mundo colonial, e os que nele viviam, e aqueles que o administravam a partir do Terreiro do Paço, fratura aliás que irá ser decisiva na literatura colonial, onde a par de representações literárias enaltecedoras da missão civilizacional, começam a surgir outras formas de dizer a terra, ligadas a manifestações «nativistas», registadas maioritariamente na imprensa local dos vários territórios coloniais portugueses ainda que em diferentes tempos, e com diferentes expressões e intensidades.

Na verdade, a política consistente de promoção do Ultramar e da colonização começa com a República, mas é com o Estado Novo, que esta «filosofia» se consolida em torno de um corpo político, legislativo, social e económico, que vai determinar uma política interna e externa de apelo e de regresso à história, ao império, aos valores morais católicos, à ordem e à unidade nacional, perdendo todo o élan europeu da República. Era um apelo que legitimava o próprio regime ditatorial, ao colocar a reconstrução do país acima de grupos políticos ou classes (Proença: 1987: 259) e ao afastar Portugal dos centros europeus de decisão política, onde, segundo a linguagem do regime, a desordem reinava e «se conspirava contra Portugal». A secundar esta posição toda a conhecida argumentação sobre a excecionalidade de Portugal⁽⁸⁾, forjada por um percurso histórico «único», gerador de uma «tradição», de um «temperamento» e de uma «raça», e literalmente lida no «poema da nação»:

A ação dos Portugueses não se pode confundir com os movimentos colonizadores das nações capitalistas, que instituíram um tipo de

relações humanas com base na diferenciação racial, em que contrastam raça superior dominadora com raça inferior dominada. (Dias, 1957: 21)

Esta ideologia deveria encontrar-se refletida nas representações relativas ao mundo colonial, todas elas convergindo para a promoção da imagem de Portugal como potência colonial. Externamente, esta propaganda tinha na base a obsessão de projetar uma imagem que afastasse a Europa dos territórios portugueses, numa linha que caracteriza a geração de políticos herdeira, real e simbolicamente, do Ultimatum de 1890. Assim, as mediáticas expressões de «Portugal Maior», «Portugal para Além da Europa», «Portugal não é um país pequeno», não foram apenas fórmulas criadas para exorcizar uma carência de séculos, para consumo interno dos portugueses, mas também diretivas de política externa marcada pelo isolacionismo e pelo fechamento de Portugal sobre o seu império. Mas na verdade, e apesar da propaganda do Estado Novo, Portugal não se tinha tornado a terceira potência mundial no concerto das nações, como se dizia nos manuais escolares, ainda que fosse o império que lhe conferia uma posição entre as potências europeias, lhe sustentava um capitalismo pré-desenvolvido e, em suma, lhe permitia imaginar-se no centro, ao longo de várias conjunturas político-económicas que, pela sua longevidade, atravessou. Mas o que de facto se pretendia que tivesse mudado com o Estado Novo, era o modo como Portugal se via a si mesmo, de que decorria um outro modo de Portugal olhar para a Europa e da necessidade de se comparar e relacionar com ela.

Nesse sentido, como argumenta Fernando Rosas (1997), cujo pensamento venho seguindo, trata-se também de um regresso ao atlantismo, mas um atlantismo provinciano e isolacionista, que muito pouco tem a ver com a forma cosmopolita como o conceberam alguns ideólogos do início do século, ou como o visualizou Fernando Pessoa, ou muito menos com a forma dramática com que o abraçou o poeta Álvaro de Campos. Aterrorizado com os vapores em que Álvaro de Campos imaginariamente embarcava, virando as costas à Europa, Salazar olhava o Atlântico tentando aí apanhar os pedaços quebrados de um sonho antigo. A partir daí teceu a «ficção textual» (Santos, 1985) em que Portugal e o seu

⁽⁸⁾ Sobre a desconstrução desta ideia ver Vecchi (2011).

império viveram, escrevendo uma história própria, alheia ao movimento do mundo onde se escrevia uma outra história, na qual Portugal só ocasionalmente participava.

Da história deste compromisso histórico e arriscaria dizer, ficcional, dá-nos conta um considerável pacote normativo, onde eram definidos os preceitos programáticos centralizadores do Estado Novo e uma série de iniciativas que o regime foi promovendo ao longo das décadas de 30 e 40, com o objetivo de se consolidar a si mesmo e de estimular, junto de todos os portugueses, a construção da nação imperial. As exposições e congressos coloniais no estrangeiro, as conferências, a celebração figuras históricas, as publicações da Agência Geral das Colónias, os filmes, os programas de rádio e, mais tarde, de televisão, os concursos literários, os cruzeiros de estudantes às colónias e a criação daquela que viria a ser o centro da expressão contestatária do império em Lisboa, a Casa dos Estudantes do Império⁽⁹⁾, são algumas das iniciativas que se destinavam a trazer o império a todos os portugueses e a erguer o Estado Novo como o regime capaz de liderar, nos tempos modernos, uma nação imperialista, cumprindo assim um antiquíssimo destino histórico, que recolocava os portugueses no centro do mundo que era, no entendimento isolacionista do Estado Novo, o «mundo português», celebrado na Exposição do Mundo Português de 1940.

Imagem de Império e Literatura Colonial

Se entendermos por literatura colonial um *corpus* de obras focalizando experiências e percepções do mundo colonial, imbuídas de um ponto de vista colonialista, há que reconhecer que, apesar dos estímulos, e apesar de por vezes os autores se terem tornado razoavelmente populares e as tiragens editoriais serem apreciáveis, esta literatura nunca marcou o universo literário português.

⁽⁹⁾ Criada em 1944, sob a égide da Mocidade Portuguesa, a CEI tinha como objetivo formar uma elite colonial, mas acabou por se transformar na casa de formação das elites africanas que iriam encabeçar os movimentos de libertação. Ver Rosas, 1997: 20-21, e as notícias publicadas na imprensa da época sobre «A Casa dos Estudantes do Império», reproduzidas em *Mensagem* (número especial, 1997).

Se, por outro lado, pensarmos na literatura metropolitana desta época, poucas referências encontramos a África. À parte alguns contos de Alves Redol, um poema ou outro de Joaquim Namorado, algumas páginas dos diários de Miguel Torga e do romance de José-Augusto França, *Natureza Morta*, pouco mais se poderá apontar.

No entanto, as iniciativas do regime no sentido de promover o género merecem ser assinaladas: a publicação dos Boletins Oficiais por «província» e dos Boletins Culturais (estes últimos sobretudo a partir dos anos 40), a criação dos «Cadernos Coloniais» da série «Portugal Maior», onde se publicavam alguns contos e poemas, e a reformulação do Concurso Literário da Agência Geral das Colónias, lançado na época da República, e reformulado em 1932 em moldes que vigorariam até 1951, com três categorias: conto, narrativa, romance; biografia, etnografia e história; literatura «científica». (Garcia, 2008: 134). Assim, o Estado Novo, na linha dos republicanos, promovia a literatura colonial como um meio de propaganda (como se assumia nos documentos legislativos) e, na sua linha ditatorial, normalizava os géneros textuais, procurando através destes textos dar visibilidade a um Portugal imperial, em que as colónias se refletiriam como espelhos cintilantes, conforme tinha sido apresentado aos portugueses na Exposição do Mundo Português de 1940. O controlo de conteúdos fazia-se pela exclusão das obras que não obedecessem à ideologia colonialista do Estado Novo e finalmente pela perseguição dos próprios autores.

O interesse em refletir sobre esta literatura e esta atitude política assumida pelo Estado Novo – e com especial detalhe sobre esta fase desta literatura que o já citado crítico Francisco Noa vai designar de *fase doutrinária* (2002:61) e José Garcia de *fase do império* (2008: 135) – prende-se, por um lado, com o facto de nela encontrarmos a ideologia colonial racista portuguesa sob a qual se alicerça a construção da imagem de Portugal como centro de um império, e, por outro lado, por nela irmos detetando as ambiguidades desta imagem e da ideologia que lhe subjaz. Da leitura de muitas destas obras, verificámos que a imagem imperial, construída no ideário metropolitano, começa a não coincidir com a imagem refletida nas obras daqueles que têm uma vivência africana, até à gestação de novas imagens que refletirão as diferentes percepções de África geradas pelo mundo colonial. É, portanto, da

marginalidade em que se situava a literatura vinda de ou sobre a África, que vão sair as obras que redefinirão África, escritas, ora por brancos, ora por mestiços, ora por descendentes daqueles que narraram, na literatura colonial, a história da apropriação do território entre aventuras de colonização, e tristes destinos de emigração e nesta história encontraram espaços de pertença à terra e começaram também a ver a intensa contradição das suas identidades no estreito quadro traçado pelo Estado Novo. No limite, para muitos, a história que futuramente vai justificar as suas pertencas a estes territórios africanos, vai ser a própria história da colonização narrada nesta literatura.

A análise geral das atribuições do Prémio Literário da Agência Geral das Colónias entre 1933-1952, realizada por Ilse Pollack, João Carlos Paulo, José Garcia⁽¹⁰⁾, por Francisco Noa no caso de Moçambique no seu já citado livro, e, relativamente a Angola, por Alberto Oliveira Pinto no âmbito da sua tese de doutoramento *Representações Coloniais: História e Literatura. Angola, os Angolanos e as suas Culturas (1924-1939)* (2010), confirma as ideias expostas e oferece-nos dados interessantes sobre o tipo de temas promovidos, as funções desta literatura, a sua evolução, a popularidade do prémio no meio literário, a sua marca ideológica, mas também e sobretudo a partir das décadas de 40 e 50, a rutura que se vai registar e o interesse ora pelas culturas locais, ora pela vida na colónia, quase sem referência metropolitana. Na esteira dos ensaístas, verificamos que, apesar do prémio ser economicamente muito atraente, o concurso era pouco concorrido e as obras a concurso apresentavam, na generalidade, uma grande mistura de géneros e uma qualidade literária moderada. Os concorrentes eram nomes mais ou menos desconhecidos no meio literário metropolitano ou conhecidos africanistas do tempo da República que, apesar de não subcreverem o regime imposto pelo Estado Novo, o legitimam na sua política colonial. São exemplo disto homens como Augusto Casimiro, Julião Quintinha, Ladislau Batalha, Brito Camacho, aliás

⁽¹⁰⁾ Sobre o Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias e as suas remodelações nos anos 50 para Concurso de Literatura Ultramarina da Agência Geral do Ultramar, ver Pollack, 1995: 755-765; Paulo, 1996: 24-26, Garcia, 2008: 131-143.

os primeiros mentores deste tipo de literatura com que tentaram «fazer o país ver e sentir as colónias», nas palavras de Julião Quintinha no prefácio de *Novela Africana*, que constitui um verdadeiro manifesto por uma literatura colonial (1933: 13). Os romances premiados até aos anos 50 trazem-nos um quadro diverso de situações, mas apontam sobretudo para a promoção do herói lusitano que em terras de África se converte em lutador, caçador, civilizador ou agricultor das grandes fazendas, amante da terra africana como portuguesa, como é o caso do livro premiado em 1933, *O Vélo d'Oiro*, de Henrique Galvão ou de *Terra de Esperança*, de Emílio Castelo Branco, premiado em 1940, narrativa de valor literário duvidoso, mas uma perfeita reincarnação da ideologia salazarista. Em 1936, o prémio é atribuído a *África – da vida e do amor na selva*, de João Augusto Silva, romance de caçadas numa África exótica e misteriosa, onde «multidões bárbaras esperam ainda os portugueses que as hão de civilizar»⁽¹¹⁾. Todavia, romances premiados como os já referidos *Auá*, de Fausto Duarte, 1934, que traz uma Guiné diferente da Guiné descrita por Maria Archer ou Fernanda de Castro, *Sangue Kuanhama*, de António Pires, 1948, apontado por Luandino Vieira na intervenção acima referida, entre outros, foram introduzindo algum ruído nos concursos, mostrando que, mesmo «nos seus mundos», há outros seres, para além dos brancos, no processo colonial. Talvez isso explique a desclassificação em 1929, de *Terra de Pretos*, de Henrique Galvão, que não deixa de ser um romance profundamente colonialista. E foi pela mão do próprio Henrique Galvão, que, em 1933, se produziu um dos livros mais emblemáticos da literatura colonial do Estado Novo, *O Vélo D'Oiro*, vencedor do prémio literário desse ano⁽¹²⁾.

De linear elaboração romanesca, a história segue o modelo da literatura colonial até aí estabelecido, isto é, o seu narrador tem

⁽¹¹⁾ À semelhança de *Auá*, de Fausto Duarte, posteriormente classificado como um clássico da literatura guineense, mas vencedor do prémio em 1934, a ação deste livro também se passa na Guiné-Bissau, o que nos leva a estabelecer uma relação entre a promoção da Guiné Portuguesa veiculada pelos livros e as campanhas de ocupação em curso contra os Canhabaques que datam de 1936. Ver Pollack, 1995: 755-765.

⁽¹²⁾ Manuel Ferreira considera este romance como um paradigma da literatura colonial. Ferreira, 1989: 237.

uma perspetiva colonialista, na intriga só participam personagens de origem europeia e os negros são apenas parte do cenário de uma terra africana exótica, cuja exuberância deslumbra os europeus. O aspeto moralizante e ideológico, subjacente ao romance, é dado, no plano narratológico, pela evolução do herói que se transforma num exemplo do colono rural do Estado Novo, e, no plano textual, num discurso disseminado pelo texto e integrado na narrativa sob a forma de comentários ou pensamentos de Rodrigo, herói do romance e narrador da sua própria aventura.

No romance estava expresso o modelo do «novo colono» que realizava em si a «unidade espiritual de uma Pátria que está na Europa e na África» (Galvão, 1936: 269) e se casava com a «noiva gentil», nas palavras de Maria Archer, vinda da metrópole e garante da «economia simbólica que rege a base moral da nação-Império» – a família e a casa portuguesa – que, de acordo com a ideologia do Estado Novo, cabia à mulher branca, enquanto «senhora do lar», preservar (Ferreira, 1998: 652). No entanto, este «modelo» literário e ideológico que sobreviverá até aos anos 60 vai começando, nas obras de alguns escritores e escritoras coloniais, a apresentar variações, mostrando que a imagem reenviada da África portuguesa não era exatamente a imagem espelho de Portugal traçada pelo Estado Novo, mas agora era já um complexo de representações que se aproximava de África no aspeto vivencial e se encontrava com Portugal no aspeto mitológico. Mas não seria nem pelas vozes das escritoras colonialistas que, pela sua sensibilidade feminina e pela sua «condição» secundária na sociedade, estariam mais próximas do negro e, portanto, mais aptas a compreendê-lo, como sugeriu Guilhermina de Azevedo em *Feitiços* (Ferreira, 1996: 90), nem nas variações do modelo lançado por Henrique Galvão, nem pelos romances referidos em que se descrevia o mundo dos negros, que os portugueses iriam conhecer essa outra África, mas antes pelo talento de Castro Soromenho, concorrente assíduo do concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias a partir do final dos anos 30, início dos anos 40. Com *Nhari – O Drama da Gente Negra*, em 1939, e *Rajada e Outras Histórias*, em 1943, obteve o 2.º prémio e, o 1.º prémio, em 1942, com *Homens sem Caminho*. A singularidade da voz de Castro Soromenho no mundo da literatura colonial portuguesa é que o seu tema é, de

facto, uma outra África, desconhecida do mundo branco, anterior ou paralela à presença dos postos administrativos portugueses, que são, na sua obra, o símbolo do poder colonial português espalhado por toda a África, como bem mostrou Laura Padilha no seu estudo sobre o autor (1995). Embora reconheçamos no escritor uma série de opiniões de cariz colonialista, como foi apontado pela crítica, nas suas obras, como sublinha Jirmounsky na contracapa de *Noite de Angústia*, «estamos longe da construção artificial dum “colonial” vindo a um país estranho e fechado para ele». Segundo o mesmo crítico, nas obras de Castro Soromenho «as personagens, chefes indígenas, feiticeiros, negros das regiões longínquas da África, agem, pensam, sentem, vivem conflitos morais, sociais e amorosos numa atmosfera “deles”, cuja representação nos testemunha uma penetração íntima nesse mundo cultural do “outro”». Os negros de *Noite de Angústia* ou os Quiocos e os Lundas de *Homens sem Caminho* «não deixam de ser, para um leitor europeu, “bárbaros”, mas assim se revelam homens», como na contracapa do livro afirma Aleixo Ribeiro. Este poderia ser um modelo de literatura colonial, sem o paternalismo dos estudos etnográficos que entretanto se faziam, nem os cenários de cliché da literatura colonial que ora colocava o negro na paisagem, ora o via como um «bom selvagem» ajudante do homem branco na obra da civilização, ora o olhava como um «mau selvagem», capaz de todos os males do mundo e ligado a um mundo primitivo, como sugere Alberto Oliveira Pinto na sua análise das personagens negras da literatura colonial (2010). Com Castro Soromenho, África estava representada na literatura colonial, e estas histórias, poder-se-iam ter tornado num género apreciado, com uma qualidade literária que a literatura colonial nunca teve, se o seu autor não tivesse continuado a sua obra de revelação de África, situando as ações das novas histórias já não no mundo africano que era possível classificar como «deles», mas no «nosso», ou melhor, no mundo gerado pelo colonialismo: um espaço de mistura de negros, mulatos e brancos, cheio de tensões, violência, pobreza e abandono como nos aparece em *Terra Morta*, publicado em 1949. A mudança de paradigma na visão de Castro Soromenho, normalmente apontada pela crítica, não me parece assim tão radical da sua parte. A deslocação opera-se, a meu ver, na visão que os leitores projetam da

sua obra, a partir do momento em que o autor representa o mundo colonial. O que muda, portanto, não é tanto o ponto de vista de Castro Soromenho sobre o mundo africano na sua globalidade, mas o peso político que as suas leituras do mundo africano implicam depois de *Terra Morta*. Não pretendo com isto defender que não houve evolução no pensamento de Castro Soromenho, mas apenas chamar a atenção para o facto de que, retrospectivamente, nos é possível ver que o papel revolucionário que a obra de Castro Soromenho viria a desempenhar já estava presente nestas obras de narração de outras identidades distintas da portuguesa, a dos Lundas e dos Quiocos do norte interior de Angola. Ao reconhecer identidade cultural a estes povos e estas terras, Castro Soromenho estava a abrir um espaço de afirmação de uma identidade que, por estar em processo de fragmentação e mesmo destruição, devido à ação colonizadora – como indica o sugestivo e premiado título de *Homens sem Caminho* – abriu espaço para uma situação que iria ter a seu tempo uma expressão política. O que a obra de Castro Soromenho, na sua representação pioneira da dimensão polifónica do mundo colonial, inequivocamente anunciava, era o fim da visão hegemónica, unilateral e estática de África e de Portugal e o seu império, veiculada pelo Estado Novo, não só porque os africanos não eram apenas «criaturas inocentes» à espera da ação civilizadora portuguesa como aparecem na Exposição do Mundo Português, mas também porque os colonos não eram os heróis agentes de uma civilização portuguesa, imaginados nessa mesma Exposição. A literatura vinda de África ia mostrando outros caminhos sobre os quais o futuro iria ser traçado.

Os *Tristes Trópicos* ou outras formas de dizer o mundo colonial

Em 1946, após a onda de libertação que varreu a Europa em ruínas no pós Segunda Guerra Mundial, Amílcar Cabral, amargurado pelas fomes que assolavam Cabo Verde e o abandono da Guiné-Bissau, exprimia essa dor local abarcando em si o desejo de libertação de um continente inteiro. No poema, publicado três décadas mais tarde, dizia:

No fundo de mim mesmo
eu sinto qualquer coisa que fere a minha carne,
que me dilacera e tortura...

qualquer coisa estranha (talvez seja ilusão),
qualquer coisa que eu tenho não sei onde,
que faz sangrar o meu corpo,
que faz sangrar também
a Humanidade inteira!
(*apud* Semedo, in Ribeiro e Semedo, 2011: 30-31)

Em 1947, a partir de Moçambique, Noémia de Sousa lançava o desafio do conhecimento do «outro» e enuncia os motivos da luta a travar:

Se me quiseres conhecer,
estuda com os olhos bem de ver
esse pedaço de pau preto
que um desconhecido irmão maconde
de mãos inspiradas
talhou e trabalhou
em terras distantes lá do Norte.

Ah, essa sou eu:
órbitas vazias no desespero de possuir a vida,
boca rasgada em feridas de angústia,
mãos enormes, espalmadas,
erguendo-se em jeito de quem implora e ameaça,
corpo tatuado de feridas visíveis e invisíveis
pelos chicotes da escravatura...
Torturada e magnífica altiva e mística,
África da cabeça aos pés,
– ah, essa sou eu:

Se quiseres compreender-me
vem debruçar-te sobre minha alma de África,
nos gemidos dos negros no cais
nos batuques frenéticos dos muchopes

na rebeldia dos machanganas
na estranha melancolia se evoluindo
duma canção nativa, noite dentro...

E nada mais me perguntes,
se é que me queres conhecer...
Que não sou mais que um búzio de carne,
onde a revolta de África congelou
seu grito inchado de esperança.
(Sousa, 2001: 49-50)

Em 1949 Alda Espírito Santo, a partir de S. Tomé e Príncipe, em «Luares de África», publicado em *Mensagem*, alude também ao desconhecimento de África presente no imaginário colonial, questionando-o:

África, esse grande continente de calor, essa terra de gente escura, de flora ridente e esquisita, de clima tropical, é África de histórias, de lendas, de mistérios, de selvas e selvas sem fim, para muita gente que vê África através dos livros de aventuras e de páginas da imaginação.

Eu não vejo essa África. Vejo a África real e abraço no meu problema os luares escondidos dessa terra prodigiosa, de séculos de esquecimento. (Espírito Santo, 1949: 1)

A dar corpo a estas visões dos poetas estariam camaradas da Casa dos Estudantes do Império, que tiveram um papel fundamental na construção de uma visão plurifacetada de África, que vai pôr em causa o imaginário colonial português do Estado Novo, representado na literatura colonial. Mas a estas representações de África – que, a seu tempo, iriam evoluir para a construção de uma identidade cultural e nacional, que seria o pano de fundo das lutas de libertação – devemos associar a representação de outras Áfricas, de autores como o já citado Castro Soromenho de *Terra Morta*, José-Augusto França de *Natureza Morta*, alguma poesia de Ruy Cinatti e de Francisco José Tenreiro, livros como *A Primeira Viagem*, de Maria da Graça Azambuja, *Sangue Kuanhama*, de António Pires e tantos outros. Não quero com isto dizer que todos estes livros,

vindos de África ou sobre África, são contra o regime ou contra a ideia de uma África portuguesa, mas são certamente narrativas que apontam para uma desmistificação da ideia de África cheia de heróis épicos de pacotilha e sonhos de fortuna, a que se juntava o exotismo da terra, como aparece nos romances colonialistas afetos à ideologia do Estado Novo e são sobretudo, espaços que refletem a ambiguidade da ideologia colonial salazarista. Assim, sob o título «Eu Não Vejo Essa África» podemos também colocar os textos que revelam outras imagens de África que a situação colonial foi a seu tempo gerando, demonstrando que, como defende Bhabha (1994: 66-84), a hegemonia do poder colonial nunca é completa, nem mesmo naqueles espaços que estão rodeados de «muros de silêncio», como era o caso das colónias portuguesas, nas palavras de Amílcar Cabral. A expressão selecionada de Alda Espírito Santo, por mim retirada de um trabalho de João Carlos Paulo (1997: 63), envia-nos uma imagem plural de África, mas que nem por isso deixa de apontar para um universo marginal no imaginário literário português, agora plurimarginal.

Para ilustrar o que venho dizendo vale a pena deter a atenção em *Terra Morta*, de Castro Soromenho, e *Natureza Morta*, de José-Augusto França. Publicados em 1949, como o texto supracitado de Alda Espírito Santo e do célebre relatório de Henrique Galvão que denuncia de situações de trabalho similares a escravatura, ganham relevo, *Natureza Morta*, escrito por um metropolitano que viveu em Angola, e *Terra Morta*, escrito por um filho de pai português e mãe cabo-verdiana, nascido em Moçambique e residente em Angola. Ambos os romances revelam o lado disfórico da aventura colonial em África. *Terra Morta* e *Natureza Morta* não evocavam apenas a agressividade da paisagem do interior angolano, onde só há «abandono, doenças e febre» ou a violência do clima tropical que consome o corpo das mulheres brancas, mas evocavam também uma natureza e condição humanas alienadas e asfixiadas pelas condições sociais geradas pelo colonialismo, como se esta natureza agressiva se apoderasse dos corpos tornando os homens tão agressivos como ela. São disto exemplo os colonos de *Natureza Morta*:

Vida de Cão! Farto daquela porcaria toda!

E ali estava, aos quarenta e cinco anos, perdido no raio daquela fazenda, a mais de vinte léguas de Luanda e não sabia quantos milhares de quilómetros de Lisboa. Ali estava – e pronto. Nem queria saber para quê, nem porquê. (...) E a mulher, muito caída, dura, enervada pelo ambiente, pela falta de sorte, por aquelas vidas de cão. (França, 1961: 30-31)

São disto exemplo os colonos de *Terra Morta*, fugidos da miséria das aldeias portuguesas que o Estado Novo tinha apresentado como paraísos de felicidade e inocência na Exposição do Mundo Português: os velhos colonos que viviam com negras e com os filhos mulatos na povoação de baixo e os novos colonos que habitavam a povoação de cima: Silva, o secretário da circunscrição, Gregório Antunes, chefe do posto de Camaxilo e a mulher D. Jovita, garante do pobre lar lusitano no meio do sertão africano, Vasconcelos, Valadas e todos os outros «miseráveis e déspotas senhores». Abrigados à sombra do posto administrativo, onde «só se encontravam espingardas de carregar pela boca, ferrugentas e sem pistão» (Soromenho, s.d.: 3) e agentes de uma nebulosa metrópole, os colonos de Camaxilo vão aqui construindo as suas casas «brancas de cal e cobertas de zinco» (Soromenho, s.d.: 29), repetindo retóricas imperialistas em que já não acreditam, mas que intuem como essenciais para que o seu pequeno mundo se mantenha, não porque nele se sintam a construir o império português, mas prosaicamente porque esse é o seu mundo, e não há outro para onde ir.

Ao contrário do que a propaganda fazia crer, a imagem que os colonos tinham do país deixado para trás nada tinha dos brilhos das metrópoles europeias imaginadas no meio do sertão africano, mas a rudeza e simplicidade de uma terra pobre e sem esperança, de onde se viram forçados a sair em busca de melhor vida. A vida que encontraram também nada parece ter a ver com a vida colonial idealizada nas metrópoles ocidentais, transformando-se assim uma aventura de colonização numa fuga rumo à emigração, mas apesar de tudo com tons coloniais, o que lhes permitia canalizarem a sua revolta e frustração para os mulatos e os negros, que absurdamente responsabilizavam pela desgraça que era a sua e, acima de tudo, a deles.

À metrópole, que pouco via a realidade do seu império colonial, salvo nos discursos oficiais ou aquando de ameaças de qualquer modificação, era assim reenviada, pela veia narrativa de Castro Soromenho e de França, não a imagem espelho de Portugal além-mar concebida na Exposição do Mundo Português dos heróis civilizadores portugueses ou dos Rodrigues e Daniéis das aventuras coloniais felizes, mas a de um grupo de gente brutal «amargurada, sem esperanças, impotente na sua revolta» (Soromenho, s.d.: 24) em tensão com os negros miseráveis – «homens nus» ou «tangados» com os seus velhos resistentes de «olhar duro e um ódio antigo» – e os mulatos – olhados pelos brancos como «uma raça que não presta» e pelos negros com desconfiança – a quem Soromenho confere um igual peso no plano da narrativa. Todos, nos diversos escalões sociais, sofrem as intervenções do colonialismo. Por isso, é na obra de Castro Soromenho que África, como realidade colonial e expressão colonialista, se revela como o espaço preparado para a revolta visível entre uma consciência africana que despertava nas personagens mulatas e negras que da sua subalteridade, iam aterrorizando os brancos no espaço noturno das suas fogeiras e tambores.

Também a África revelada por França em *Natureza Morta* é um espaço de «descentragem dupla» para o colono branco: relativamente à metrópole e relativamente ao mundo negro que a sua posição de poder lhe permite humilhar e desumanizar (Lourenço, 1994: 200). E é sobre esta imagem de «angústia do viver colonial» (França, 1982: 214) que o espaço romanesco de *Natureza Morta* se desenha, traçado entre a melancolia de um sonho frustrado de uma jovem da pequena burguesia lisboeta «em fuga» para África e a sua brutal aventura africana.

Como muitas mulheres portuguesas destinadas, de acordo com a ideologia do regime, a defender o lar lusitano em África e a sedimentar a obra de colonização, Júlia encontra-se um dia no cais de Luanda à procura de um marido com quem tinha casado por procuração e com quem iria «começar a sua outra vida – no dia-a-dia da sua nova existência, do seu novo mundo» (França, 1961: 39). Pouco depois do encontro no cais, Júlia ruma para um desolador fim do mundo, povoado de déspotas e arrogantes colonos e de pobres mulheres, como D. Antónia, que a vida tinha arrastado

para África, para o acaso de uma fazenda de açúcar à beira-rio e de negros. Da margem deste mundo colonial que não entende nem aceita, Júlia vai apanhando as peças do seu sonho quebrado, lutando pela vida naquela «África ardente onde os homens tinham perdido a sua condição, onde as mulheres choravam a sua sorte» (França, 1961: 130) e continuando uma aventura de que não haverá retorno. O caso de Júlia extrapola o âmbito de uma história pessoal para, no contexto do mundo colonial português que retrata, se tornar a síntese dos muitos que imaginaram outras Áfricas e nela se perderam: que perderam a sua natureza humana ou que nela perderam os seus sonhos, numa metáfora dos sonhos perdidos de Portugal em África, de que a «África» vivida por Júlia era exemplo, imagem e aviso.

Aquela era a África, e nunca antes imaginara como que essa África lhe surgiria. E, agora – aquela era a África. (França, 1961: 207)

Se por volta de 1930, como nota Alberto de Carvalho, o discurso do regime era otimista, refletindo um Portugal resplandecente em Angola, quinze anos mais tarde em *Natureza Morta*, assistimos à versão disfórica da aventura africana sob o plano diegético e pessimista nas suas significações sócio-ideológicas (1997: 26-27). Eduardo Lourenço sublinha a singular situação deste romance na literatura portuguesa sobre África e na literatura portuguesa em geral e, de facto, embora não seja o único a narrar sonhos coloniais desfeitos, é certo que só em *Natureza Morta* encontramos a desmistificação da «inconsciência imperial de uma colonização desde séculos concebida e pensada como porto de abrigo para sonhos caseiros falidos, de que o de Júlia é a síntese sem redenção» (1994: 201), o que faz deste romance não a antítese de *O Vélo D'Oiro*, mas um romance-sinal de uma situação que o tempo confessará e revelará problemática. Na visão das sociedades coloniais dada por Júlia de *Natureza Morta* ou na, francamente mais complexa, apresentada em *Terra Morta*, em que num ambiente de tensão negros, mulatos e brancos vivem, interagem e pensam, estamos nos antípodas da imagem do mundo colonial pintado de cor-de-rosa com histórias de sonhos realizados dos Rodrigues e Daniéis, colonos modelo da literatura colonial do Estado Novo. O espaço

colonial aqui retratado é o resultado das políticas de abandono do Estado Novo: os colonos são uns pobres coitados; os negros pareciam continuar «incivilizados», e os mulatos eram alvo da desconfiança de todos. Seriam os pobres cipaio, traidores para os negros e desprezados pelos brancos, o produto «feliz» da missão civilizadora portuguesa? Seria este drama colonial retratado nos romances, a missão colonial portuguesa em África? Seria esta sociedade que, em breve, o Estado Novo iria eleger como exemplo de multiracialidade? Como refere Laura Padilha, relativamente às obras da segunda fase de Castro Soromenho, mas num juízo que estendendo a *Natureza Morta*, os dois romances «dramatizam a «frustração da história de que fala Memmi, quando mostra que o colonialismo, ao final do processo terá apodrecido o colonizador e destruído o colonizado» (1995: 106), convertendo o espaço colonial numa área de esterilidade e morte anunciada, como evocam os títulos dos romances e a vida de todas as personagens metaforizada na própria infertilidade que afeta os casais de colonos. O sinal de futuro é dado por João Calado, filho de um velho colono e da negra Francisca, quando, impotente na sua revolta, incendeia o posto administrativo, símbolo do poder branco que na sua terra (Padilha, 1995: 118), dada por via materna, se instalara, e que era preciso destruir, acusando assim um mundo já em fratura subterrânea, mas que aparenta manter-se num impasse histórico.

Como observa Vasco Serra, de *A Chaga*, de Castro Soromenho – um colono que, como Joaquim Américo de *Terra Morta*, tem consciência do processo antropofágico de que é simultaneamente vítima e ator – «A realidade em África é toda ao contrário da propaganda que dela fazem em Portugal, o que não admira, porque há duas Áfricas, a dos negros e a dos colonialistas» (Soromenho, 1988: 186). E é essa sociedade plurifacetada, onde, como já dizia Padre António Vieira referindo-se ao Brasil colonial, homens andavam buscando como «hão de comer e como se hão de comer» (Vieira, 1978: 41), que França e Castro Soromenho retratam, na violência e na desumanidade do «mundo que o português criou», situando a sua denúncia não nos centros citadinos, que sempre aterrorizaram Salazar como espaços de insubordinação ou deboche, mas em recônditos espaços rurais e de pequeno comércio onde se pretendia continuar a imaginar as fazendas dos Rodrigues e Estelas felizes.

Como sugere o texto de Alda Espírito Santo, há, de facto, e para além das Áfricas dos negros e dos colonialistas evocadas por Vasco, a África dos mulatos de que João Calado, de *Terra Morta*, é sinal, e Domingos, de *A Chaga*, afirmação, e ainda a África do regime, que também não é a mesma da imaginada pela mentalidade popular, de que Júlia é exemplo, até se deparar com «Aquela África», nas suas palavras. Após *Terra Morta* e *Natureza Morta*, após o início de um movimento literário vasto e difuso de africanidade de que os textos de Alda Espírito Santo, Noémia de Sousa ou Amílcar Cabral são exemplo, após a Segunda Guerra Mundial e o estremecer do regime na sequência da vitória dos Aliados, após Bandung e o início dos movimentos de descolonização subsequente, de que império (de que África) poderia Portugal continuar a ser, ou a imaginar-se, centro?

Tristes lusotropicalismos⁽¹³⁾

A revisão constitucional de 1951, feita na sequência de pressões sobretudo externas, e em particular da ONU, revogou o Ato Colonial, modificando a exterioridade imperial portuguesa, mas não lhe modificou a essência. Assim, uma «história de cinco séculos de colonização de que nos devíamos orgulhar» era convertida em «cinco séculos de relações entre povos e culturas diferentes»; nas palavras de Caeiro da Mata (Castelo: 1996: 191), uma sociedade colonial em «plurirracial»; uma nação imperial em «pluricontinental», em que as colónias passam a ter a designação, aliás já outrora havida, de «províncias ultramarinas»; e a singular missão de civilização portuguesa na não menos singular «integração portuguesa nos trópicos», do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, que o regime, depois de nos anos 30 ter rejeitado, iria agora chamar a si.

Este discurso legislativo, a que em 1961, com o início da Guerra Colonial, se iria juntar a abolição do Estatuto do Indígena, apenas tentava adaptar o país a um devir histórico inescapável que era o devir histórico do mundo, pois esta mudança não correspondia

⁽¹³⁾ Notar aqui a presença do título e do artigo de Bastos, 1998 de Almeida, 2000.

nem ao sistema de colonização sobre o qual toda a política e percepção de África estava traçada, nem à essência ditatorial do regime, nem ao pensamento racista do ditador que em 1965, ao conhecer Tschombé, confidenciava ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, «Gostei do homem. Olhe, promovi-o a branco» (Salazar, *apud* Guerra, 1994: 79).

O subtexto ideológico que alimenta esta aparente mudança iria ser encontrado nas teses do lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Este discurso, ao revisitar uma ideologia colonial portuguesa antiga, fazendo-o em termos supostamente científicos e modernos, vai ser politicamente muito conveniente para um regime que procurava para si mesmo e para os outros uma filosofia que apoiasse as «mudanças» constitucionais de 1951 e sobre elas construísse um discurso credível. Na verdade, nada mais longínquo da política da «mística imperial» dos anos 30, onde as teses do darwinismo social separavam raças, povos e costumes, a mestiçagem era referida como um erro, porventura necessário nos primeiros tempos de colonização, mas que já não se aplaudia nos congressos da União Nacional⁽¹⁴⁾, ou mais distante do ideal lançado pela literatura colonial do «novo colono» de que Rodrigo de *O Velo d'Oiro*, de Henrique Galvão, é exemplo. Nada mais longínquo do moralismo assexuado de Salazar do que a glorificação da mestiçagem e de toda a erotização da vida pública a ela inerente (Geffray, 1997: 371) como o elemento de singularidade da colonização portuguesa⁽¹⁵⁾. A isto juntava-se um sedutor fraseado de fraternidade e convivialidade entre os portugueses e as populações colonizadas, que distinguia o colonialismo português dos outros europeus, cujas relações se marcavam pelo preconceito racial e exploração, e assim, facilmente se chegava à ideia da propensão especial dos portugueses para funcionarem como ligação entre as populações tropicais e os seus parceiros europeus.

No entanto, a origem deste discurso não era portuguesa. Como escreveu Christian Geffray, ele foi inventado algures entre o Rio

⁽¹⁴⁾ Cf. Vicente Ferreira em maio de 1944 no II Congresso da União Nacional, *apud* Léonard, 1999: 38; alguns discursos de Armindo Monteiro, ver Castelo, 1998; e as teorias racialistas de Germano Correia, ver Bastos (2003).

⁽¹⁵⁾ Sobre esta mistificação ver Neto, 1997: 327-359; Barbeitos, 1997: 309-326.

de Janeiro e Salvador da Bahia, num país que foi colônia e continuou a sua colonização (1997: 371). Este é um discurso de um filho do «mundo que o português criou» e nesta medida, ele seduziu logo na década de 30 a geração de António Sérgio ou os Claridosos cabo-verdianos, como tão bem estudou Osvaldo Silvestre, enquanto discurso emancipatório de Cabo Verde como identidade cultural (2002). Nos anos 50, este mesmo discurso torna-se o espaço de opressão que legitima o regime de uma metrópole em busca de um discurso que sustentasse as suas posições anacrônicas e perpetuadoras de relações sociais e coloniais arcaizantes, sob a capa de um registo aparentemente vanguardista.

Como aponta Yves Léonard, Freyre, ao identificar «os fundamentos do lusotropicalismo (miscigenação, fusão cultural, ausência de preconceito racista) com o papel histórico de Portugal no mundo abria o caminho para transformar aquilo que tinha sido definido nos anos 30 e 40 como uma «mística imperial» numa «mística luso-cristã de integração» (Freyre, 1953: 99; Léonard, 1997, 1999). A revalorização da herança histórica e religiosa, que recentra Portugal como centro do lusotropicalismo⁽¹⁶⁾, culmina com o elogio da figura do Infante D. Henrique como o iniciador deste processo (Freyre, 1961: 3) a que se cola a figura de Salazar como o seu continuador, como tinha ficado consagrado desde a Exposição do Mundo Português. Mas, porventura, o que sela este discurso como matricialmente português e imperial, é o tom providencial e messiânico em que é anunciada a «nova ordem». Como observa Cláudia Castelo «a civilização lusotropical, que Freyre descreve e interpreta, não existe, é antes uma aspiração, um destino (...) de plena concretização para os próximos decénios.» (1998: 37).

A substanciar este «milagre» de união dos povos, sob a égide de Portugal, estava uma literatura premiada pelo agora Concurso

⁽¹⁶⁾ Ver Silvestre (2002) que analisa o diálogo traçado no Atlântico Sul entre os Claridosos e Freyre que, como defende o crítico, reconstrói modernamente um antigo diálogo de lógica opressiva, transformando-o, por via do elogio da mestiçagem, em diálogo identitário e emancipatório para os cabo-verdianos, sobretudo face ao Portugal ditatorial dos anos 30 que publica o Ato Colonial e defende as teorias racialistas então em vigor na Europa. Nos anos 50/ 60 tudo isto se altera e aquilo que tinha sido um discurso emancipatório ou, pelo menos capaz de descrever uma identidade em diferença, foi cooptado por um regime à beira da agonia e transformou-se não só num discurso opressivo, mas também ficcional.

de Literatura Ultramarina, da Agência Geral do Ultramar entretanto reformulado (primeiro em 1954, depois em 1969) e que trazia novos e variados nomes. O concurso apresentava quatro categorias com quatro patronos, de acordo com a área: prémio Camilo Pessanha para poesia, Frei João dos Santos para ensaio, Fernão Mendes Pinto para narrativa ficcional e João de Barros para história. Na categoria de poesia nomes como Jorge Barbosa, Raimundo Soares, Geraldo Bessa Vitor, Nuno Miranda, Mário António, Glória de Sant'Anna, Amândio César, Armor Pires Mota, Ruy Cinatti, entre outros, são premiados. Na prosa, ao lado dos já consagrados escritores coloniais desde os anos 30 como Guilhermina de Azevedo, premiada em 1935 com *Feitiços*, Rodrigues Júnior ou Reis Ventura, emergem nomes como Manuel Ferreira, Orlando de Albuquerque ou Manuel Lopes com *Chuva Braba* (1956, Prémio Fernão Mendes Pinto), *O Galo que Cantou na Baía* (1959, de novo Prémio Fernão Mendes Pinto) e *Flagelados do Vento Leste* (1959, Prémio Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde), entre outros⁽¹⁷⁾. A par deste trabalho do tradicional concurso importa assinalar as coletâneas organizadas por Amândio César, autor de várias obras de literatura colonial sobre Angola, que com *Parágrafos da Literatura Ultramarina* (1967), *Contos Portugueses do Ultramar* (1969), *Novos Parágrafos da Literatura Ultramarina* (1971) e *Antologia do Conto Ultramarino* (1972) muito contribuiu para a ilusão da criação de um paradigma de literatura colonial de feição luso-tropical. De acordo com Francisco Noa (2002) esta seria a «fase cosmopolita» da literatura colonial na classificação que venho seguindo. Mas o que aqui é porventura importante assinalar é que independentemente dos futuros percursos políticos que estes escritores desenvolveram, tratava-se de homens e mulheres portadores de uma cultura portuguesa e de uma portugalidade difusa, espalhada, que o Estado Novo na sua retórica dizia defender e que lhe permitia refugiar-se num anacronismo que só a posição periférica de Portugal e do seu império lhe permitia manter. Muitas das obras produzidas por estes autores eram inicialmente narrativas de integração e de diálogo que, pela falta de interlocutor num clima pro-

⁽¹⁷⁾ Sobre estes escritores cabo-verdianos ver o ensaio já referido de Silvestre, 2002.

pício às independências políticas, evoluíram para várias e distintas identidades nacionais, que, ao contrário do que o regime quis fazer crer, nunca se transformaram em antiportuguesas, mas antes em anticolonialistas. Na busca identitária que empreenderam, não negaram a sua raiz cultural também portuguesa, mas como portadores de outro lugar de pertença e de uma diferente memória da história vivida em comum, elegeram outros centros. Agostinho Neto não nega a sua herança cultural portuguesa, mas é Angola o centro da sua identidade. José Craveirinha reclama Camões como seu poeta e coloca a sua casa poética em Moçambique. Será essa, porventura, a diferença de percurso entre a poesia de Ruy Cinatti e de Francisco José Tenreiro, para quem Cinatti escreve o poema «Para Um Poeta», dedicado a um homem que, como ele, busca uma identidade que funde origens diversas? Tal como Ruy Cinatti, um «europeu universal»⁽¹⁸⁾, mas que, ao contrário de Ruy Cinatti, coloca o seu «coração em África».

Ao contemplar a literatura vinda de África ou que falava de África, como ultramarina, o regime pretendia substanciar o «milagre» da criação de uma pátria comum para a grande diversidade de povos que compunha o mundo português, reconhecendo timidamente nestes povos diferentes identidades culturais, folclorizadas, mas nunca reconhecidas como nacionais. Por isso, neste «milagre» nunca seriam contemplados aqueles autores que traçavam nas suas histórias ou nas entrelinhas delas, como convinha em tempo de censura, os desejos de uma África livre e independente. Esses, que são José Luandino Vieira, António Jacinto, Castro Soromenho, José Craveirinha e tantos outros, serão objeto de censura e de uma perseguição sem precedentes nas colónias e na própria metrópole dando origem, por exemplo, ao encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores em Lisboa, em 1965, na sequência da atribuição do prémio de novelística a *Luuanda*, de José Luandino Vieira então preso no Tarrafal⁽¹⁹⁾. Tudo estava a caminho do fim, pois será também nos autores que elegem Portugal como centro

⁽¹⁸⁾ Cf. os versos de «Para um Poeta»: «Estou morto pelos campos verdes/dos teus versos – fala o negro/ em português tropical./Eu releio os teus conceitos/d' europeu universal.», Cinatti, 1992: 362.

⁽¹⁹⁾ Sobre este importante episódio da censura portuguesa ver a entrevista de José Luandino Vieira em Ribeiro, 2006.

dessa portugalidade espalhada, como Ruy Cinatti⁽²⁰⁾ por exemplo, que se perceberá que este último D. Sebastião do lusotropicalismo, por eles próprios sonhado, nunca virá. Como bem viu Valentim Alexandre, o seu «providencialismo» foi apenas «o sinal da sua agonia» (1995: 50). Assim, um império cantado por Camões em *Os Lusíadas* e todo construído poeticamente «sem mentir / puras verdades» era transformado num imenso logro, que só a literatura escrita por aqueles que na longa noite do fascismo lutavam por um outro Portugal, mas principalmente por aqueles que fizeram a Guerra Colonial, viria esfacelar pelo esfacelamento dos seus próprios poetas, narradores ou personagens ao longo de um percurso africano que lhes traria outras «puras verdades» por eles «passadas»⁽²¹⁾. O inglório epitáfio ao império português não se ficou, portanto, pelo discurso do lusotropicalismo, que aliás ainda hoje sobrevive tanto no discurso político como ficcional em obras que nos devolvem todo o imaginário colonial perdido⁽²²⁾. O epitáfio ao império português foi antes escrito por um discurso de guerra, inerente à intolerância ideológica do regime que o sustentava (e que ela sustentava)⁽²³⁾, ainda que disfarçado de um discurso lusotropical que convertia uma guerra numa «missão de soberania», uma violação num «ato de dádiva e de partilha», um estropiamento ou uma morte num gesto heroico de defesa da integridade pátria. Mas a guerra seria também o desfazer desta ficção e o fim do império. Dela permanecem insepultas memórias, ruínas, murmúrios, expressos num excesso de memória pessoal, contra a falha da memória coletiva:

o que faço ao sacana deste preto que não acaba de cair, de umbigo roto, no interior de mim, o que farei a este preto que cairá para sem-

⁽²⁰⁾ Cf. os versos do poema «Imagens», ritmado anaforicamente pelo verso «Distingo ruínas (...) de um forte (...) / Distingo ruínas de uma capela / Distingo ruínas: só de casas / que ainda servem aos que nada cabe». Cinatti, 1992: 363.

⁽²¹⁾ Referência ao verso «Puras verdades já por mim passadas», Camões, 1980: 476.

⁽²²⁾ Sobre este assunto ver Cahen, 1997: 391-433; Cunha, 1997: 435-467; Oppenheimer, 1997: 469- 478. Repare-se na quantidade de obras de ficção sobre o antigo império africano, e que não estão diretamente relacionadas com a Guerra Colonial, que têm vindo a sair sobretudo desde 2000.

⁽²³⁾ Para um exemplo deste discurso, ver Melo, 1992: 177-178.

pre, a cada segundo, de umbigo roto, no interior de mim... (Lobo Antunes, 1989: 40)

O «umbigo roto do preto», que persegue o imaginário da personagem de *Fado Alexandrino*, de Lobo Antunes, há muito que caía entre nós, sendo esse Outro, preto, judeu, árabe, inimigo. Mas, neste momento de regresso ao cais, e como refere a mesma personagem, não eram «os olhos do preto», que continuaríamos a não ver, que nos acusavam ou condenavam, «era eu que me acusava e condenava, me destruía sem remédio» (Lobo Antunes, 1989: 39), dirigindo-nos assim um convite doloroso para empreender a nova viagem «para esse outro desconhecido que somos nós mesmos e Portugal connosco» (Lourenço, 1982: 68) e que a literatura da Guerra Colonial dolorosamente nos oferece.

Conclusão

Ao longo da história, múltiplas são as narrativas escritas emitidas a partir da nação imperial, narrativas que nomearam, edificaram, retificaram, codificaram e finalmente reproduziram o pensamento imperial/ colonial, irradiando um imaginário que ainda hoje nos habita. Esta história colonial escrita pelos caçadores – para recorrer às categorias definidas no provérbio africano «Também o leão deverá ter quem conte a sua história. As histórias não podem glorificar apenas o caçador» – converteu esses Outros em seres sem história e sem lei dessa história aparentemente comum. Passarão muitos anos, haverá muitas lutas, correrá muito sangue para que se entenda o mundo colonial em tensão e fratura entre brancos, negros e mulatos como mostrou Castro Soromenho na sua obra ficcional, ou Luís Bernardo Houwana, José Craveirinha, Noémia de Sousa, Alda Espírito Santo, José Luandino Vieira e tantos outros. E ainda que nas margens dos discursos europeus tenham sido produzidas veementes autocríticas, questionando por dentro a ação levada a cabo pela gesta imperial, existiram também sempre outras vozes, outras nomeações da terra e das coisas, outras oralidades, que só praticamente no tempo da luta anticolonial dos anos 60 e depois no pós-independência começaram a

ser codificadas em termos inteligíveis para os seus mais imediatos destinatários de confronto. Usando a língua do colonizador e transformando-a em língua de emancipação os poetas e escritores das lutas africanas pela independência inscreveram na sua escrita a diferença cultural, que a seu tempo, reclamou, a independência política. E então a resposta começa a ser dada, não apenas em confronto, mas em diferença – como costuma dizer Laura Padilha – pois só aí começam a ser criadas as condições necessárias à afirmação das identidades múltiplas que sempre existiram no mundo até então colonizado, mas que careciam de expressão pública e de visibilidade no opressivo mundo colonial. Não se trata portanto de defender a ideia cara a alguns teóricos do pós-colonialismo, de que os subalternos não falavam ou não podiam falar, mas de, como já referi relendo Spivak, mostrar que o seu lugar de enunciação, no seio da diferença colonial, condenava o seu discurso à irrelevância por o oferecer a interpretações que o silenciavam (1988). Como refere Laura Padilha, em sintonia com Spivak⁽²⁴⁾, os subalternos, sejam eles mulheres ou homens, sempre falaram, nunca foram ouvidos, o que é substancialmente diferente.

Por isso, o desafio lançado por José Luandino Vieira à historiografia literária angolana, e ao seu possível cânone⁽²⁵⁾, não se limita de facto à historiografia literária angolana, ele funciona também como uma espécie de «the empire writes back to the centre», na célebre expressão de Salman Rushdie tão cara aos teóricos do pós-colonialismo. Genuinamente interessado em perseguir as criações desse lugar que se enuncia como Angola, onde há muito se começam a tecer outras vozes em língua portuguesa escrita, Luandino Vieira, subtilmente e ao mesmo tempo, pisca o olho e parodia o «olhar sphingico e fatal» de Fernando Pessoa, pelo que também ele deixa de fora, questionando-nos a nós portugueses: como poderemos continuar a contemplar quase num capítulo à parte, como um apêndice incómodo e não constitutivo da nossa identidade, a literatura designada de colonial, que afinal nos conta grande parte da história de Portugal passada noutras paragens?

(24) Intervenção no curso de literatura angolana organizado no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, em junho de 2007.

(25) Vieira, in Padilha, Ribeiro, 2008.

Onde também nós portugueses colocaremos Cadornega, os poemas de D. Francisco Sottomayor ou os escritores ditos coloniais?

A discussão teórica aqui delineada, a literatura colonial sumariamente analisada e as literaturas africanas de língua portuguesa aqui referidas, em diálogo com a história e um imaginário mais abrangente, estão a começar a produzir novos sentidos sobre os tempos e as memórias de uma história aparentemente comum, devolvendo-nos imagens múltiplas de rostos que foram pretensamente singulares. Cartografar estes rostos múltiplos fundadores da nossa pós-colonialidade não pode portanto prescindir da abertura de todos os arquivos: o grande arquivo colonial que a Europa elaborou na sua narrativa aparentemente única e triunfante, e todos os outros arquivos literários, históricos e culturais onde, para voltar a Camões, se vivem outros «costumes», onde se guardam outras «leis» e onde se regista o poder de outros «reis» e de outros «conhecimentos» constitutivos de um processo histórico do qual todos nós, bem ou mal, emergimos.